PRINCIPAIS JULGAMENTOS E PAUTAS EM ÂMBITO TRIBUTÁRIO

Atualizado em 27 de abril de 2021

PAUTADOS			
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)			
Recurso	**Tema em Discussão**	**Resultado/ Tese fixada**	**Status**
RE nº 574.706	Embargos de Declaração aviados no **Tema 69** pela Fazenda Nacional nos autos no Recurso Extraordinário nº 574.706/PR que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e da COFINS.	O Tribunal deu provimento ao recurso, fixando a seguinte tese de repercussão geral: *"O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS".*	Pauta do dia 29/04/2021
RE nº 970.821	**Tema 517** - Aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL.	Na última sessão de julgamento ocorrida em 07/11/2018, o Tribunal, por unanimidade, rejeitou a preliminar de prejudicialidade e conheceu do Recurso Extraordinário. Na sequência, após o voto do Ministro Relator Edson Fachin, que desprovia o recurso; e dos votos dos Ministros Alexandre de Moraes, Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, que lhe davam provimento, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes.	Pauta dos dias 30/04 a 07/05/2021
RE nº 855.649	**Tema 842** - Incidência de Imposto de Renda sobre os depósitos bancários considerados como omissão de receita ou de rendimento, em face da previsão contida no art. 42 da Lei 9.430/1996.	Julgamento virtual não iniciado.	Pauta dos dias 23/04 a 30/04/2021

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

RE nº 1.167.509	Embargos de Declaração aviados pelo Município de São Paulo no Tema 1.020, que trata da controvérsia alusiva à constitucionalidade de lei municipal a determinar retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – pelo tomador de serviço, em razão da ausência de cadastro, na Secretaria de Finanças de São Paulo, do prestador não estabelecido no território do referido Município.	Em sessão de julgamento ocorrida no dia 01/03/2021, o Tribunal, por maioria, deu provimento ao recurso extraordinário. Foi fixada a seguinte tese: *"É incompatível com a Constituição Federal disposição normativa a prever a obrigatoriedade de cadastro, em órgão da Administração municipal, de prestador de serviços não estabelecido no território do Município e imposição ao tomador da retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS quando descumprida a obrigação acessória".*	Pauta dos dias 23/04 a 30/04/2021
RE nº 852.796	**Tema 833** - Constitucionalidade da expressão "de forma não cumulativa" constante no caput do art. 20 da Lei 8.212/1991, o qual prevê a sistemática de cálculo da contribuição previdenciária devida pelo segurado empregado e pelo trabalhador avulso.	Julgamento virtual não iniciado.	Pauta dos dias 07 a 14/05/2021
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)			
Edcl no REsp nº 1.805.925/ SP	Embargos de Declaração do contribuinte em face da decisão que julgou procedente o RESP da União para declarar que o limite de 30% na compensação do prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL também se aplica aos casos de extinção da pessoa jurídica por incorporação.	Em sessão realizada em 05/08/2020, o Tribunal, por maioria de voto, deu provimento ao REsp da União, assentando ser valida da limitação no caso em referência.	Pauta do dia 27/04/2021
REsp nº 1.841.798/ MG e REsp nº 1.841.771/ MG	**Tema 1.048** - Definir o início da contagem do prazo decadencial previsto no art. 173, I, do CTN para a constituição do Imposto de Transmissão Causa Mortis e ...	Julgamento virtual não iniciado.	Pauta do dia 28/04/2021

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

REsp nº 1.841.798/MG e REsp nº 1.841.771/MG	Doação (ITCMD) referente a doação não oportunamente declarada pelo contribuinte ao fisco estadual.		
REsp nº 1.724.834/SC, REsp nº 1.679.536/RN e REsp nº 1.728.239/RS	**Tema 997** - Legalidade do estabelecimento, por atos infralegais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado, instituído pela Lei 10.522/2002.	Julgamento virtual não iniciado.	Pauta do dia 28/04/2021